



Offshores "podem criar situações de injustiça social". Legalmente não trazem benefícios fiscais para os portugueses

SHUTTERSTOCK



## Offshores. Para os certinhos estas sociedades não trazem vantagens fiscais

Segundo a lei nacional, o que está em offshores tem de ser declarado e tributado em Portugal. Mas há alguma vantagem? Sim, podem esconder-se, por exemplo, negócios dos concorrentes

**CARLOS DIOGO SANTOS**  
carlos.santos@ionline.pt

Não existem vantagens fiscais (legais) para os portugueses – ou residentes em Portugal – se colocarem dinheiro em offshores. Segundo a legislação nacional, todos os rendimentos, mesmo os que estão em paraísos fiscais, têm de ser declarados e tributados em Portugal. Ao contrário do que acontece em países como os Estados Unidos (em que a declaração de rendimentos é obrigatória, mas não há tributação), o único benefi-

cio que as offshores oferecem aos portugueses é um sigilo acrescido.

"De acordo com a lei portuguesa, ser uma sociedade destas ou não é indiferente. Ela é considerada transparente e, por isso, os lucros, juros, dividendos, mais-valias ou outras formas de rendimento são tributados em Portugal como se essa sociedade não existisse. Isto se se cumprir a lei, pois noutros países é diferente (não existem problemas com as offshores e aí até as usam para estimular a indústria de exportação)", explicou ao *i* o fis-

calista Tiago Caiado Guerreiro, lembrando que existem vantagens, ainda assim, para os portugueses que usam sociedades com estas características: "Se não se quiser que outras pessoas saibam que eu vou comprar um imóvel ou uma empresa, porque os concorrentes podem concorrer e fazer subir o preço, então pode utilizar-se uma offshore. É lícita esta confidencialidade."

Feita a ressalva – de que podem existir offshores sem crimes associados –, a verdade é que, nos últimos anos, estas sociedades têm sido notícia em Portugal por terem servido para políticos, banqueiros e empresários nacionais fugirem ao fisco. Um dos casos que envolvia uma offshore no Panamá foi revelado em 2013 pelo *i* e estava relacionado com o processo Monte Branco, que investiga indícios de fraude fiscal e branqueamento de capitais.

**SEGREDO VS TRIBUTAÇÃO** Ricardo Salgado não tinha declarado, no seu IRS de 2011, 8,5 milhões de euros. A retificação desse montante só foi feita mais tarde, poucos dias antes de ser chamado a depor no âmbito do chamado caso Monte Branco.

Na verdade, não foi apenas uma retificação, mas três, todas feitas fora do prazo. Como noticia-

do na altura, a primeira deveu-se a 25 mil euros de rendimentos de capitais da sua mulher e a 655 mil euros de rendimentos de capitais no estrangeiro do próprio banqueiro – valores que não tinham sido declarados em maio.

De seguida houve uma nova retificação, entregue no final de agosto de 2012. Este novo valor levou a liquidação de imposto de cerca de 3 milhões de euros.

Poucos dias antes de ir ao DCIAP prestar depoimento, Ricardo Salgado fez a última retificação ao IRS de 2011 e liquidou novo montante: 1,3 milhões de euros.

A coleta correspondente aos seus rendimentos de 2011 foi, assim, superior a 4,5 milhões, e não 183 mil euros, como tinha sido calculado inicialmente.

Como o semanário "SOL" noticiou, também em 2013, esses milhões de Ricardo Salgado terão sido pagos pelo construtor Joaquim Guilherme, usando uma offshore do banqueiro com sede no Panamá – a Savoices.

**OS CASOS MEDIÁTICOS** Os processos da justiça com maior impacto mediático nos últimos anos envolveram quase sempre offshores, quer fossem no Panamá, nas Ilhas Virgens Britânicas ou na Suíça.





## PAPÉIS DO PANAMÁ

### Os papéis que pararam o mundo e já mergulharam a Islândia numa crise política

Último alvo foi o presidente da FIFA. Em causa estão contratos de cedência de direitos televisivos

O governo da Islândia é a primeira vítima do escândalo Papéis do Panamá. O primeiro-ministro islandês já pediu ao presidente da Islândia para dissolver o parlamento e convocar eleições antecipadas, dois dias depois de uma investigação do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação ter divulgado que Sigmundur Gunnlaugsson e a sua mulher, Anna Sigurlaug Pálsdóttir's, foram proprietários da empresa Wintris Inc.

Esta está estabelecida no offshore das Ilhas Virgens Britânicas pela Mossack Fonseca e detém cerca de quatro milhões de dólares (mais de 3,5 milhões de euros) em obrigações nos três maiores bancos islandeses - que faliram na crise financeira de 2008. Recorde-se que, na altura, Gunnlaugsson foi uma das vozes contra o resgate a credores estrangeiros.

O certo é que, quando Gunnlaugsson entrou para o parlamento, em 2009, não declarou que detinha esta participação na Wintris, apesar de só no final desse ano ter vendido à mulher os 50% que detinha.

Esta segunda-feira foi convocada uma manifestação através do Facebook para exigir a queda do governo. E no mesmo dia, o parlamento anunciou que iria votar uma moção de censura, numa data ainda por definir. O primeiro-minis-

tro, numa entrevista ao Canal2, garantiu que não iria demitir-se, mas em menos de 24 horas mudou de ideias.

Para já, o presidente da Islândia terá recusado o pedido de demissão do primeiro-ministro e o seu pedido de convocação de eleições antecipadas. Ólafur Ragnar Grímsson quer consultar os líderes dos restantes partidos com assento parlamentar antes de tomar uma decisão sobre o pedido.

**LISTA EXTENSA** O novo presidente da FIFA, Gianni Infantino, é o mais recente alvo. Em causa estão suspeitas levantadas sobre contratos de cedência de direitos televisivos assinados entre 2003 e 2006, quando Infantino estava ao serviço da UEFA e ocupava o cargo de diretor do departamento jurídico. Os documentos dão conta da ligação do suíço a uma das empresas envolvidas no escândalo de corrupção que levou à suspensão do presidente Joseph Blatter.

Este nome vem juntar-se a muitos outros. Vladimir Putin, o rei da Arábia Saudita, o primeiro-ministro islandês, o presidente ucraniano, o presidente da Argentina e vários ex-líderes políticos mundiais estão presentes na lista, mas não são os únicos. Lionel Messi, o ator Jackie Chan, o músico russo Sergei Roldugin, muitos outros políticos (são 12 líderes mundiais ao todo), homens de negócios, traficantes de drogas e sociedades de advogados, filhos de primeiros-ministros, amigos de infância de poderosos chefes de Estado e sobrinhos de outros presidentes estão presentes nesta lista. S. P. P.



Foi assim no processo Furação e no Monte Branco, onde estas sociedades estavam no centro de todas as investigações, por ser através das mesmas que o dinheiro era branqueado. Mas também apareceram no universo BPN, no Banco Privado Português e, mais recentemente, na Operação Marquês.

Em Portugal, o Ministério das Finanças tem publicada a lista de paraísos fiscais, que foi atualizada em 2011. É a chamada "Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada claramente mais favoráveis". Conta com 81 territórios. Estão lá Andorra, Mónaco, São Marino, as Ilhas Salomão, a Ilha de Tokelau, as Seychelles, as Maurícias, o Uruguai, as Ilhas Virgens Britânicas, as Maldivas, as Baamas. Tantas outras e, claro, o Panamá.

**QUANDO O ILEGAL PASSA A LEGAL** Mas se o dinheiro de portugueses que está em offshores e não é declarado ao fisco está ilegal, ele nunca mais poderá ser usado pelas formas tradicionais? Há penalizações para quem o queira legalizar? Não, quem não declara pode até ser beneficiado se esperar pelo momento certo. No caso da Operação Marquês, parte do acervo de Carlos Santos Sil-

va - 23 milhões de euros que o MP diz serem de Sócrates - acabou por ser regularizada com um imposto muito inferior (5 a 7%) ao imposto normal (40%). Isto porque o empresário aderiu a dois regimes extraordinários de regularização tributária, uma espécie de amnistias criadas no governo de José Sócrates.

**A INJUSTIÇA DAS OFFSHORES** Em declarações ao i, o bastonário dos Contabilistas Certificados, Domingues de Azevedo, explicou que, mesmo quando se faz uma utilização legal destas sociedades, criam-se injustiças. "O caso do Panamá não é exclusivo, é apenas uma ponta do iceberg, que ainda está muito encoberto. Vejo isso com muita preocupação porque conduz a rivalidades sociais, à criação de estados de injustiça e, naturalmente, pode provocar alguma instabilidade de natureza social", refere.

Segundo Domingues de Azevedo, a busca da confidencialidade é egoísta: "O que está na gênese disto é um princípio demasiado egoísta. O homem tenta sempre resolver os problemas, faltando-lhe (ou não existindo) solidariedade quanto aos outros, que também têm direito a levar a vida com dignidade."

Com Sónia Peres Pinto

Nos megaprocessos como o Furação ou Monte Branco havia várias offshores

Na Operação Marquês, Santos Silva aderiu a RERT para regularizar milhões



Empresa sediada nas Ilhas Virgens Britânicas





**A** Radar //

## Paraísos fiscais são os principais alvos do sistema financeiro

Cerca de 500 bancos terão criado mais de 15 mil empresas em paraísos fiscais e os dez maiores bancos europeus estão envolvidos no esquema de milhares de milhões de euros escondidos em offshores

SÓNIA PERES PINTO  
sonia.pinto@jonline.pt

Os paraísos fiscais são um dos principais alvos do sistema financeiro bancário internacional e é comum a abertura de sucursais em offshores, assim como de contas. Sigilo aliado a baixos impostos é a fórmula de sucesso que conquista a banca, um pouco por todo o mundo. De acordo com a investigação Papéis do Panamá, cerca de 500 bancos terão criado mais de 15 mil empresas em paraísos fiscais e os dez maiores ban-

cos europeus estão envolvidos no esquema de milhares de milhões de euros escondidos em offshores.

A criação destas empresas terá surgido através da Mossack Fonseca, a quarta maior empresa de criação de contas em paraísos fiscais. E nesta lista surgem bancos como o Crédit Suisse, HSBC, UBS e Société Générale, que lideram o ranking das instituições financeiras que mais pedidos fizeram para a criação de sociedades fictícias (offshores) a favor dos respetivos clientes (entre

os quais se contam políticos, empresários, celebridades e organizações criminosas).

Só no ano passado, os ativos do sistema financeiro no Panamá alcançaram os 118,478 bilhões de dólares, um montante histórico para este setor e que representa mais de 7% do produto interno bruto (PIB) do país. Este crescimento refletiu-se principalmente nos segmentos de hipotecas residenciais, de empréstimos ao consumo pessoal e de cartões de crédito.

Aliás, o sistema financeiro do Panamá representa um dos pilares da economia do país e é composto de uma centena de bancos que empregam mais de 25 mil pessoas.

**BANCA PORTUGUESA NÃO FICA ALHEIA** O Banco Espírito Santo (BES) foi uma das instituições financeiras que ficaram mais conhecidas pelas suas ligações ao Panamá. O BES emprestou dinheiro secretamente à holding Espírito Santo International (ESI). A operação de financiamento da ESI, que deti-

na então 25% do banco, durou dois anos e aconteceu através de um pequeno banco no Panamá. Essas operações não foram declaradas e colocaram novamente a supervisão do Banco de Portugal no centro das atenções. Em agosto, aquando da falência anunciada do Grupo Espírito Santo (GES) e da criação do Novo Banco, o Banco de Portugal declarou que havia detetado "financiamento fraudulento" envolvendo empresas não financeiras do GES.

Vários bancos portugueses estão identificados nos relatórios e contas

Sistema financeiro no Panamá é um dos principais pilares da economia do país





## PAPÉIS DO PANAMÁ

# Paraísos fiscais somam 7 biliões e contam com 9 em cada 10 empresas

OCDE e G20 têm apertado o cerco. A troca automática de dados fiscais a partir de 2018 é um dos exemplos

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) tem vindo a chamar a atenção para os riscos dos paraísos fiscais e desde 2009 que trabalha com o G20 para "combater" países como o Panamá, por não serem conformes com as normas internacionais de transparência fiscal. "Através do Fórum Global para a Transparência e a Troca de Informações, temos constante e consistentemente advertido contra os riscos que países como o Panamá representam por não serem conformes com as normas internacionais de transparência fiscal", referiu Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, assim que este caso foi tornado público.

A verdade é que as preocupações não são de agora. A entidade já tinha admitido que tem havido "falta de soluções globais para garantir que os sistemas fiscais não favoreçam invidentemente as empresas multinacionais, deixando os cidadãos e as pequenas empresas com maiores impostos", sublinhou num dos seus relatórios.

Estes documentos chegaram a chamar a atenção para a existência de algumas grandes multinacionais que utilizavam estratégias que lhes permitiam pagar impostos irrisórios, na ordem dos 5%, enquanto as pequenas empresas chegam a ser penali-

zadas em 30%. Os relatórios assinalam também que muitas das normas estabelecidas para evitar que as multinacionais sejam sujeitas a dupla tributação "permitted-lhes, muitas vezes, não pagar imposto nenhum".

A verdade é que têm sido feitos alguns esforços com vista a combater a evasão fiscal. Exemplo disso é o caso do sigilo bancário, em que 90 países se comprometeram a trocar automaticamente as suas informações a partir de 2018, e a adoção de um plano de luta contra a otimização fiscal das multinacionais, o BEPS, adotado em novembro, que as obriga a declarar as suas atividades país por país.

Já este ano, a Oxfam, organização sem fins lucrativos, tinha admitido que a forma mais eficaz de combater as desigualdades – depois de ter anunciado que, no ano passado, as 62 pessoas mais ricas do mundo tinham a mesma riqueza que a soma da metade mais pobre do planeta – é acabar com os paraísos fiscais, que permitem o desvio de fortunas que não são tributadas. De acordo com o seu último relatório, nove em cada dez empresas estão nos paraísos fiscais e o dinheiro depositado continua a aumentar, já ultrapassando a soma dos produtos internos brutos do Reino Unido e da Alemanha juntos. O valor já supera os 7,6 triliões de dólares (cerca de 7 biliões de euros, que não são taxados nos mais diversos países).

Segundo o mesmo relatório, 34% do dinheiro desviado para paraísos fiscais vem da Europa e 15,8% dos EUA. *S. P. P.*

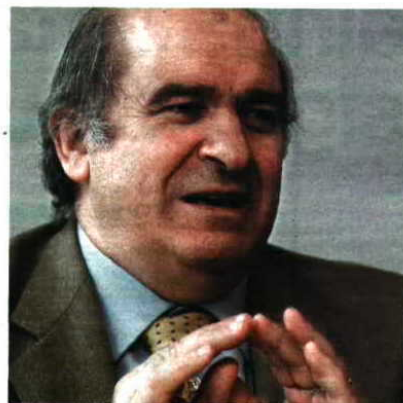


Entidades internacionais têm alertado para riscos MICHAEL SOHN/AP

P&R

Domingues de Azevedo  
Bastonário dos Contabilistas Certificados

"Somos uma desgraça em Portugal, vive-se muito em função de amigos"



**O que pode ser feito para reduzir estes casos?** É necessária uma maior eficácia da justiça, que também ela terá de ser repensada. Em algumas situações vimos mais justiça-espetáculo do que a preocupação em fazer justiça. Têm vindo a lume algumas dessas situações, mas não é suficiente trazê-las a lume, é necessário haver consequências, ou seja, alguém que faça alguma coisa para fazer a diferenciação daqueles que cumprem daqueles que não cumprem.

**Principalmente em termos fiscais...**

Mas o que é um imposto? É uma participação do cidadão numa sociedade que o acolhe. A fórmula de cálculo desse imposto, normalmente, é feita face ao património, riqueza do titular desse imposto. Isso quer dizer que há situações que são sonogadas à tributação porque as pessoas enriquecem, ninguém sabe e acabam por não pagar impostos.

**E isso acontece em Portugal?**

Somos uma desgraça em Portugal. Vive-se muito em função de amigos, descobrem-se as situações e nada se faz. Nos Estados Unidos executam-se os bens pessoais de cada um, executam-se os bens familiares e faz-se uma profunda investigação para repor patrimonialmente a verdade. Em Portugal não há praticamente nenhuma situação em se tenha feito coisa alguma. Com o Oliveira e Costa, os portugueses foram obrigados a pagar o BPN; com o Ricardo Salgado, todos sabemos o que aconteceu. E as pessoas que beneficiaram direta e indiretamente naquelas situações não foram materialmente penalizadas. Era preciso ir um pouco além da denúncia e depois levar a cabo ações com entidades policiais para que as ações fossem executadas. Só assim diferenciamos as pessoas que cumprem das que não cumprem.



No Panamá existem uma centena de instituições financeiras que empregam mais de 25 mil pessoas

SHUTTERSTOCK

Mas não foi caso único. A Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem sucursais nas Ilhas Caimão e no "offshore de Macau". O Novo Banco conta com sucursais em Nassau (Baamas), além das Caimão. Já o BCP tem presença nas Caimão, um exemplo que é seguido pelo BPI que, no relatório e contas de 2014, aponta três sociedades constituídas neste offshore. Também o Santander Totta refere, no seu relatório e contas do primeiro semestre de 2015, uma sucursal nas Baamas.

A verdade é que esta tendência acaba por ser reconhecida pelo próprio Banco de Portugal. De acordo com os dados divulgados, nos últimos dez anos aplicaram-se 6,2 mil milhões de euros em offshores e calcula-se que, este ano, esse montante tenha chegado aos sete mil milhões. Os paraísos fiscais – entre os quais se incluem as ilhas Bermudas, as Caimão, Gibraltar e Andorra, os mais usados pelos portugueses – representam 15% do investimento das empresas portuguesas no exterior.